

ACTA Nº 1/2000

Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil, pelas nove horas, no Auditório da Cooperativa Agrícola de Montalegre, reuniu a Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
2. Regulamento de Liquidação e Cobrança da Taxa pela Exploração de Inertes;
3. Fábrica de Engarrafamento de Águas de Mesa - Alteração de Âmbito Limitado ao PDM nos termos do Artº 2 do Dec. Lei nº 155/97.

Registando-se quorum, estiveram presentes cinquenta e seis membros. Não compareceram à chamada os senhores Manuel António Silva Carvalho, José Manuel Lopes Teixeira Gomes, Cândido Jorge Barroso Gonçalves, Francisco Lopes de Freitas, Fernando Gonçalves de Moura, António José Silva Carvalho, Carla Maria Ferreira Rodrigues, Pedro Jorge Pias Canedo, Domingos Pires de Moura, António Gregório Azevedo Dias, Albino Pires Ferreira e João Batista Verde.

Por não estar presente o 1º Secretário da Mesa, Manuel António Silva Carvalho, o Senhor Presidente da Assembleia chamou o deputado António Bernardes Fidalgo para completar a Mesa. De seguida, deu informação sobre a correspondência recebida e outro expediente. Desta, ressalta a carta enviada pela Escola Secundária Bento da Cruz, acerca dos transportes, e lida na íntegra.

A acta foi posta a consideração, tendo os deputados Fernando Calvão, Acácio Gonçalves e Domingos Vasconcelos feito alguns reparos.

O deputado Fernando Calvão disse que tinha apresentado um requerimento à Mesa e que devia ser passado na íntegra, mas que no essencial estava certo.

O deputado Acácio Gonçalves criticou e pediu explicações à Mesa sobre a Moção de Censura que ele tinha apresentado e a Mesa da Assembleia mandou arquivar sem ter sido votada.

O deputado Domingos Gonçalves disse que as actas deviam ser gravadas.

O Presidente da Assembleia disse que a Mesa da Assembleia pode aceitar ou não as moções. A Moção do deputado Acácio Gonçalves não foi aceite. Disse ainda que a gravação das actas não é possível porque é muito difícil fazer a transcrição de uma gravação. Pediu aos deputados que escrevessem as intervenções.

O deputado Rogério Borrallheiro pediu a palavra para dizer que se ia abster na votação da acta.

A acta foi aprovada por maioria com sete abstenções.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os senhores deputados Manuel Duarte, Rogério Borrallheiro, Acácio Gonçalves, Ventura Coelho, António Ferreira, Fernando Calvão, Manuel Lopes, Ricardo Moura, José Coelho, Silvino Flores, António Azevedo, Duarte Calhella, José Rodrigues, João Soares, Joaquim Leitão, Amadeu Fortunas, José Branco, Fátima Fernandes, Domingos Santos, Manuel Oliveira e Silva e os alunos Tânia do 6º A, Ricardo do 6º B, Tatiana do 6º C, Pedro do 6º D, Ana Margarida do 6º E .

O deputado Manuel Duarte perguntou se já havia alguma novidade em relação ao III QCA. Perguntou em que situação se encontra a distribuição domiciliária do correio na Aldeia Nova. Disse ainda que a Portaria 1115-B/94 só veio trazer problemas às pessoas porque obriga à apresentação de planta de 1-2000 e as pessoas têm de contratar um topógrafo, que leva pelo seu trabalho 40.000\$00, para arranjar esse documento. Propôs que deixasse de vigorar essa Portaria no sentido de facilitar a vida às pessoas.

O deputado Rogério Borrallheiro saudou a Escola Preparatória de Montalegre por ter possibilitado aos seus alunos a participação na vida política de Montalegre. Pediu esclarecimento sobre a carta vinda da Escola Secundária Bento da Cruz. Disse ainda que tinha sido informado de que estava em vias de ser vendido o Cerrado. Disse que se isso acontecesse iria ser o fracasso total do governo do partido socialista de Montalegre que há 10 anos prometeu a revitalização do Cerrado. Se foi comprado por privados a Câmara, tem de garantir a salvaguarda de alguns aspectos patrimoniais. Dados os grandes objectivos e promessas desta Câmara, considera a venda um erro muito grande até porque chegou a haver projecto para aquele espaço. Saudou a Câmara pela realização da Feira do Fumeiro que é de grande importância para o desenvolvimento económico e até para a desertificação do concelho.

O senhor deputado Acácio Gonçalves disse que dois dias de antecedência não é tempo suficiente para entregar a Situação Financeira. Em relação ao empreiteiro José Moreira Fernandes, disse que a última obra que ele fez foi a do Castelo. As pessoas não ficaram satisfeitas com o trabalho e agora vão-lhe ser entregues mais cinco obras. As pessoas têm de ter estima pelas empresas, mas as empresas têm de ter estima pelos munícipes e nós temos que criticar para que se faça melhor. Pensava que quem tinha feito a obra do Senhor da Piedade tinha sido a Junta de Freguesia de Montalegre e a Câmara que tivesse pago, mas vê uma transferência de 8 mil contos para a Comissão Fabriqueira. Pergunta quem fez a obra: se foi a Junta, se foi a Câmara ou se foi a Comissão Fabriqueira. Referindo-se à Feira do Fumeiro disse que foi um sucesso e esperava que para o ano tivesse mais dignidade, podendo vir a ter o pavilhão Multiusos. Disse ainda que a Câmara deve tomar providências em relação ao sector da restauração porque ouviu fortes críticas.

O deputado Ventura Coelho disse que ouviu uma notícia no sentido de acabar com a delegação da Polícia Judiciária de Vila Real. Se isso for verdade é muito grave para o

concelho de Montalegre que é um concelho de fronteira. A Câmara de Montalegre, Vila Pouca e outras deviam juntar-se e fazer força para não deixar que isso aconteça.

O deputado António Ferreira disse que pela primeira vez uma Assembleia tem tanto público. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara como está o Piter e o loteamento da Cooperativa e para quando as obras. Disse ainda que o estágio para o Euro 2000 vai ser feito em Chaves e pediu transporte para que estes alunos possam assistir a um jogo de estágio. Em relação ao transporte, disse que a Câmara sempre colaborou com a EB 2 de Montalegre.

O deputado Fernando Calvão saudou a juventude e os educadores que os acompanharam. Lembrou mais uma vez que devem ser colocados na Avenida semáforos ou lombas no sentido de regularizar o trânsito de automóveis naquela zona. Falou ainda da recente poda dos carvalhos em frente ao edifício da Câmara. Disse que esta talvez seja prejudicial e que já tinha sugerido que aquele espaço fosse jardinado para que os carvalhos possam viver. Em relação ao Cerrado entregou o seguinte documento à Mesa:

"Enquanto os Montalegrenses se mantinham anestesiados pelo sucesso da última Feira do Fumeiro, a gestão socialista, por negligência, falta de imaginação ou ausência de planeamento urbanístico, mas ao mesmo tempo por opção do seu Presidente permitiu que uma empresa privada adquirisse a Quinta do Cerrado.

A vila de Montalegre ficará definitivamente amputada de um espaço verde "intramuros", apesar de esta e a anterior Câmara terem gasto mais de 2 mil contos em estudos e levantamentos topográficos, um dos quais exposto no hall deste edifício durante mais de dois anos (e em altura de campanha eleitoral!)

Esta Câmara, falando em termos de desenvolvimento estratégico-urbano, tinha o compromisso eleitoral, e o dever de dotar a vila e o concelho de um espaço de lazer, aproveitando inúmeros recursos disponíveis no Cerrado: quinze hectares, árvores centenárias, fontes naturais, etc.

Por outro lado, tinha o dever moral de adquirir e restaurar um solar que, por ser único na região, faz parte do escasso património Histórico Barrosão.

Tudo fizemos durante a última década para que o Município adquirisse o referido espaço, disponibilizando-se o PSD inclusivamente para, e apesar da situação financeira da autarquia, viabilizar um empréstimo bancário que possibilitasse o negócio.

Esta batalha, foi definitivamente ganha pela especulação imobiliária com prejuízo para todos os munícipes.

As nossas crianças continuarão por isso a andar de bicicleta no Largo do Município, a demandar Chaves ou Terras de Espanha.

Perante isto algumas interrogações nos atormentam:

1. Restaura-se o solar ou no seu lugar brotará uma coluna de betão?

2. A variante à vila vai inflectir, Cerrado acima, beneficiando exclusivamente o novo inquilino com as mais-valias?
3. A Câmara irá comprar alguma fatia à Empresa Proprietária pagando mais do que custou o bolo indiviso?

Se isso acontecesse alguém teria que ser chamado à tábua.

ASSUNTO ENCERRADO

O Senhor Presidente Fernando Rodrigues entendeu que era um mau negócio para a Câmara. Os particulares acharam o contrário.

Acatamos a decisão, pois tanto pode revelar uma intensa miopia técnico-estratégica em termos de gestão do Município, como revelar um Presidente de vistas largas.

Só o futuro o dirá." Assina Fernando Calvão.

O senhor deputado Manuel Lopes disse que na reunião do dia 11 de Dezembro saiu uma queixa contra a Senhora Conservadora onde constava o nome de Manuel Domingos Lopes. Perguntou se o nome que constava da lista era o dele, uma vez que achava estranho porque garantiu que mal conhece a senhora.

O deputado Ricardo Moura felicitou a presença de crianças e professores na Assembleia porque é o local onde se discutem os problemas dos barrosões. Disse que alguém tinha inviabilizado os trabalhos que estavam a decorrer junto à Pista Automóvel. Perguntou se a Câmara vai pedir indemnização a essas pessoas.

O deputado José Coelho disse que era inadmissível que o pagamento ao pessoal do Mercado Social de Emprego demorasse tanto tempo. Disse ainda que o pessoal que esteve nas Mesas de Voto, no último acto eleitoral, ainda não tinha recebido. Finalmente pediu a abertura de um estradão na aldeia do Telhado para uma casa que está isolada.

O senhor deputado Silvino Flores pediu placas de sinalização na estrada de Serraquinhos ao Videiro.

O deputado António Azevedo disse que as valetas na estrada de Lamas aos Pisões partem todas porque a geada fez apodrecer o cimento. Falou ainda dos alunos da sua freguesia, dizendo que chegam à escola ainda de noite.

O deputado Duarte Calhella louvou a iniciativa da Escola Preparatória de Montalegre e disse que era bom que se visse aquilo que de bom se faz no concelho. Louvou o sucesso da Feira do Fumeiro e às pessoas que trabalharam na divulgação deu os parabéns. Disse que o local do evento deve ser pensado, deve ser um local com melhores acessos e que faça fluir o trânsito sem atropelos. O eixo Chaves-Braga já se torna insuficiente e deve pensar-se noutros. Está na altura de se reivindicar um eixo rodoviário forte. Em relação aos hoteleiros, disse que devem ser sensibilizados para a qualidade e para os preços. Finalmente agradeceu à bancada do PSD estar presente em grande massa pois só assim é possível fazer-se oposição.

O deputado José Rodrigues disse que o Senhor Presidente da Assembleia falou da resposta referente à Conservadora, vindo dos Serviços de Notariado, mas não a leu. Em relação ao Cerrado disse que não tinha conhecimento desta questão e que caiu como uma bomba. É muito grave que este espaço tenha sido comprado por outros. Disse ainda que está na altura do Presidente da Câmara fazer alguma coisa por esta vila.

O deputado João Soares saudou de forma particular as crianças presentes. Como membro eleito e como professor, manifestou regozijo pela presença das crianças na Assembleia. Disse que estas crianças vieram para fazer uma aprendizagem e que hoje a disciplina chama-se democracia e cidadania e que a Escola que frequentam passa pelo desenvolvimento, pela democracia e pela cidadania. Finalizou, dizendo que "nesta manhã de Fevereiro do ano 2000, Abril está a passar por aqui".

O deputado Joaquim Leitão disse que a notícia de que as ruas de Meixide eram limpas todos os oito dias é falsa. Só foram limpas as ruas para uma chega. Em relação à pedreira, perguntou quem ia pagar os prejuízos causados na estrada pela passagem dos camiões.

O Senhor deputado Amadeu Fortunas, Presidente da Junta de Freguesia de Paradela, pediu que o estradão de Lamas a Paradela fosse arranjado.

O senhor deputado José Branco pediu a construção de valetas na estrada de Covelães a Pitões porque com o mau tempo já desapareceram. Disse ainda que a estrada do rio se está a desfazer. Pediu ao Presidente da Câmara, ou à Junta Autónoma de Estradas, que faça obras no sentido de ser regularizada.

A deputada Fátima Fernandes perguntou ao Senhor Presidente da Câmara quais tinham sido os motivos que tinha evocado para não dar os transportes à Escola Secundária Bento da Cruz para o Desporto Escolar.

O deputado Domingos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Meixide, disse que em relação à limpeza das ruas da sua freguesia os jovens juntam-se para a fazer sem encargos para a Junta nem para a Câmara, coisa que nunca ninguém tinha feito. Pensa que a distribuição do correio deve ser domiciliária porque todos pagam os mesmos selos. Com a colocação de contadores de água conseguiu-se resolver o problema de falta de água. No verão nem dava para tomar banho.

Tendo em conta a presença dos alunos da Escola EB 2, e por acordo dos membros da Assembleia, foi dada a palavra ao público neste período.

A Tânia do 6ª A falou do problema do trânsito na Avenida e perguntou quando será possível resolver aquela situação.

O Ricardo do 6º B disse que a estrada de Paradela a Ferral está em muito mau estado, não tem sinalização e está cheia de buracos. Perguntou o que se pode fazer.

A Tatiana do 6º C disse que os caminhos públicos são açambarcados pelos proprietários dos terrenos próximos.

O Pedro do 6º D disse que o pavilhão gimnodesportivo vai ser demolido. Perguntou como vão ser resolvidos os problemas das actividades de Educação Física praticados neste espaço.

A Ana Margarida do 6º E falou do lixo nas estradas, como, por exemplo, carros velhos e electrodomésticos. Perguntou o que será possível fazer para que isto não aconteça.

O deputado Manuel Oliveira e Silva falou de um acidente que ocorreu na recta da Venda Nova na altura da Feira do Fumeiro. Solicitou à Câmara e à Protecção Civil que pressionassem a Junta Autónoma de Estradas no sentido de serem colocadas lombas naquela zona. Disse que houve um incêndio num camião e, que apesar dos esforços feitos pelos Bombeiros que não tinham equipamento adequado para combater o fogo, este ficou destruído. Os bombeiros de Salto devem ser dotados de um autotanque. Finalizou, dizendo que sente alguma frustração nos membros da Junta de Freguesia pois não têm condições para fazer algumas obras.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder ao público.

Iniciou a sua intervenção, felicitando a presença do público e deu os parabéns aos professores pela iniciativa. Disse que os alunos colocaram questões que têm sido debatidas nas sessões da Assembleia e da Câmara e que algumas são mais fáceis de resolver do que outras.

À Tânia disse que a questão do trânsito da Avenida é muito complicada porque há os interesses dos alunos, das pessoas e dos automobilistas. Foi colocada aquela pintura para obrigar os carros a andar mais devagar. Foram colocadas lombas e painéis que só um cego é que não os vê e foi ainda alargada a avenida. Disse ainda que para além disto a Câmara pediu à GNR que vigiasse o trânsito para proteger os alunos. Informou ainda que toda esta situação foi colocada ao Conselho Municipal de Segurança e foi-lhe perguntado se a Câmara devia por lombas mais fortes ou semáforos. Estes entenderam que deviam continuar as que estavam, enquanto não se fazia uma via complementar.

Ao Ricardo disse que ia dar uma boa resposta: a Câmara já tinha feito muitas estradas, mas que não podem ser feitas todas ao mesmo tempo. A estrada de Paradela, com o dinheiro da Câmara, com o apoio da EDP e do III QCA, vai ser pavimentada em 2000.

À Tatiana, disse que esta falou de uma coisa triste. Os caminhos são de todos. Devem ser alargados e não apertados. Muitas vezes há guerras e desavenças por causa de meio metro de caminho. Pediu às crianças para pedirem aos pais que denunciem estas situações junto das autoridades, no sentido dos responsáveis poderem ser castigados e evitar esse tipo de abusos.

Ao Pedro disse que o pavilhão gimnodesportivo não é da Escola. Não tem condições, não serve e naquela área vai desenvolver-se um parque onde se irá construir um pavilhão multiusos, um pavilhão gimnodesportivo e um auditório. Em 2001 podem avançar as obras para um novo bloco na Escola Secundária Bento da Cruz. Vão juntar-

se as duas escolas. Deixou a promessa de que enquanto funcionar a EB 2, a Câmara disponibiliza transportes para levar os alunos para o pavilhão da Escola Secundária.

À Ana Margarida disse que é bom que sejam os mais novos a repreender os mais velhos. Vê-se muito lixo na estrada e só há limpeza se toda a gente for mais limpa. Deve ser dito que não se deve sujar porque estraga o ambiente. Também em relação a este assunto há regras, mas é muito difícil fazê-las cumprir porque há sempre gente que transgride.

Finda as respostas ao público, o Senhor Presidente da Assembleia quis esclarecer que, quando foi Presidente da Câmara, mandou elaborar um projecto para um parque público e zona de equipamentos no Cerrado, mas que essa determinação da Câmara foi atraída por uma Lei do governo de Cavaco Silva que veio valorizar o terreno de uma forma absurda e inviabilizar a expropriação. Foi necessário, devido à frustração das negociações com os proprietários, avançar com os equipamentos para outros locais o que dificultou ainda mais, ou impediu mesmo, qualquer hipótese credível de aquisição tendo em conta as possibilidades financeiras e os investimentos então determinados e agora em curso ou projectados.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos senhores deputados que colocaram questões.

Em relação à carta enviada pela Escola Secundária, disse que se fez uma mistura com o desporto escolar e com a rede escolar. A escola devia alternar os horários dos alunos que se levantam às seis da manhã para que não fossem sempre os mesmos a serem sacrificados. As escolas têm orçamento para pagar o desporto escolar porque é da responsabilidade do Ministério da Educação. Disse ainda que havia aqui um atrito que vem do ano anterior. A Escola pedia transporte em ofícios que chegavam depois da data e já foi dito ao vereador para fazer uma listagem de actividades com a Escola, o que nunca chegou à Câmara. Referiu ainda que não foram negados os transportes, mas apenas que não havia disponibilidade naquela altura porque os autocarros têm outros serviços.

Ao senhor Manuel Duarte disse que o III QCA está a ser preparado e negociado, mas nesta altura ainda só há números. O Sub-programa III vai ser contemplado com 600 milhões de contos onde entra o turismo. Em relação à distribuição do correio, perguntou o que é que fez a Junta de Freguesia e que proposta apresentou à Câmara. A Câmara fez o que tinha a fazer. Não queiram transferir a responsabilidade da distribuição do correio para a Câmara. Sobre os documentos exigidos para as viabilidades de construção referiu que a Câmara tem ortofotomapas de todo o concelho. Só se obriga a apresentação de levantamentos topográficos em zonas de fronteira, no limite das zonas do perímetro para não haver erros que levem a ilegalidades.

Ao deputado Rogério Borrallheiro disse que o Presidente da Assembleia já tinha dado a resposta e lembrou que no tempo do PSD já existia o Cerrado e já existiam os fundos comunitários. Aquilo que se vai ver na vila é o que vai ser feito pelos privados e que aquilo que estiver ao alcance da Câmara, que usará de todos os meios legais, será feito para seduzir estes privados, que deviam ter o apoio de todos os autarcas. No Cerrado estavam previstos muitos equipamentos que nesta altura já estão lançados noutros

locais, e o que custa é lançar as obras, não é fazê-las. O Cerrado tem uma componente ambiental e cultural que a Câmara tem de preservar. Seja qual for o promotor terá que encontrar um equilíbrio no respeito por estas características e o desenvolvimento urbanístico. Disse que a Câmara não vai comprar nada no Cerrado, o promotor é que vai ter que dar ruas e espaços verdes como determina a Lei.

O Presidente referiu ainda que quando a Câmara queria adquirir o Cerrado o PSD criticava. Agora, critica por não comprar. Mas já se passou igual cena com a cadeia. O PSD gritou por todos os cantos que o PS estava a delapidar o património e agora talvez enfiem o barrete... ao verem que a Câmara decidiu bem e que está ali um equipamento necessário à vila e que nos deve orgulhar a todos. O Presidente da Câmara referiu ainda que não se pode comparar o Cerrado com a Pista Automóvel. No seu programa eleitoral não prometeu comprar o Cerrado. Prometeu fazer os equipamentos que estão a ser feitos nos locais próprios e prometeu fazer uma pista de desporto automóvel. Como ganhou as eleições não tem o direito de fazer a pista, tem a obrigação de a levar a cabo.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que o empreiteiro José Moreira Fernandes e Filhos não é um empreiteiro perfeito, mas é uma empresa local e tem alvará. Perguntou o que é que diriam as pessoas se a Câmara não entregasse as obras à empresa que apresenta preço mais baixo, ou se a empresa fosse para tribunal. A Câmara deve é exigir aos empreiteiros, e isso é feito, só que alguns cumprem mais rápido que outros. A estrada de Vilar, para aquilo que foi pedido, está muito aceitável; a obra do Castelo tem alguns problemas no Pelourinho porque a população não gosta da calçada, mas a culpa é do IPPAR que exigiu aquela calçada. Em relação às obras do Senhor da Piedade disse que não se incomodou que o PSD tivesse dito que quem fez a obra foi a Junta de Freguesia e o que ele quer é que as obras sejam feitas. Houve uma conjugação de esforços, a Junta não tinha capacidade para pagar e a Câmara colaborou financeiramente. Em relação à Feira do Fumeiro disse que era de todos e não se pode fazer chacota.

Ao deputado Ventura Coelho disse que se é verdade a notícia da extinção da delegação da Polícia Judiciária não nos devemos dar por vencidos.

Ao deputado António Ferreira disse que o Piter já foi aprovado. Em termos técnicos garante financiamento público, vai-se negociar com o Secretário de Estado do Turismo, mas está garantido um forte apoio financeiro. Quanto ao loteamento da Cooperativa disse que a Câmara ia colaborar no sentido de desenvolver a vila e conseguir-se um bom preço. Em relação ao estágio da Selecção Nacional disse que as instalações desportivas de Montalegre são melhores que as de Chaves. São mais limpas e mais asseadas. Se houvesse aqui condições de alojamento a Selecção podia vir a Montalegre. Os jogadores vão ter um grande período para receber as crianças e a Câmara de Montalegre vai transportá-los a Chaves para terem o contacto com os ídolos da selecção.

Ao deputado Fernando Calvão disse que foi lançado um concurso de ideias para o Largo Luís de Camões mas foi parado o projecto, porque é uma zona muito sensível e em termos de prioridade não é dos primeiros. Vão fazer-se os projectos e discutir as ideias para no futuro se pensar no que se vai fazer. Em relação ao Cerrado, para além das explicações já dadas, informou que a Câmara não gastou 10 mil contos, não fez projectos, apenas foi feito um estudo urbanístico que foi elaborado pelo GAT.

Ao deputado Ricardo Moura disse que o embargo à Pista caiu e é triste que questões pessoais sejam transferidas para a autarquia. Não havia razão nenhuma para esta desfeita. Agora vão sofrer as consequências porque a Câmara vai pôr uma acção em tribunal contra quem tomou tal medida irreflectida, maldosa e ilegal.

Ao deputado José Coelho disse que o dinheiro do Mercado Social de Emprego já começou a chegar. O dinheiro das eleições ainda não foi transferido para a Câmara. Quanto ao estradão é impossível fazê-lo, mas é garantido alojamento ao aluno para que não tenha de andar a pé para ir para a escola.

Ao deputado Silvino Flores disse que a sinalização do concelho está muito avançada. Deixou a garantia de que vai haver sinalização em condições em todo o concelho.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Fervidelas disse que as valetas na estrada de que falou é uma questão de fiscalização.

Ao deputado Duarte Calhella disse que a ligação da EN 103 a Braga é uma necessidade e via essencial para o concelho. Prometeu que como Presidente da Câmara iria fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para que seja melhorada o mais possível.

Ao deputado José Rodrigues disse que a critica também tem limites. Se dissesse que a Câmara deveria ter feito uma ou outra obra em vez de outras, ainda se aceitava. Dizer que não se faz nada é inadmissível. O PSD esteve 15 anos no poder e não conseguiu resolver o problema da água em Montalegre! E bastava isto para termos feito obra e mais obra que o PSD!

Ao deputado Joaquim Leitão disse que nas freguesias não há taxa de limpeza às ruas. Se houver alguma festa, pois a Câmara faz a limpeza. Em relação às pedreiras disse que estava de acordo com ele e que as freguesias devem tirar o máximo proveito delas.

Ao Presidente da Junta de Paradela disse que o estradão de que falou há alguma possibilidade de ser pavimentado, mas que não será para já.

Ao Presidente da Junta de Covelães disse que a estrada do Rio está vergonhosa. A JAE deve pressionar o empreiteiro para regularizar a estrada. O empreiteiro disse que colocou aqueles materiais porque foi o que lhe pediram.

Ao deputado Manuel Oliveira e Silva disse que a Câmara não esquece parte nenhuma do concelho. Só que os investimentos não podem ser feitos todos ao mesmo tempo em todas as freguesias, mas também não podem ser feitos todos ao mesmo tempo numa só localidade. Já outras estiveram à espera, agora é a vez da Venda Nova esperar. Fez-se um investimento na Venda Nova como nunca se tinha feito. Em relação às obras mais pequenas a Brigada de Salto pode resolver. As lombas que pediu, disse que podem ser pedidas à JAE, mas deve-se arranjar um ponto de equilíbrio porque não se podem pôr lombas em todo o lado.

O Vereador Orlando Alves pediu autorização ao Senhor Presidente da Assembleia para agradecer as palavras do deputado Manuel Oliveira e Silva sobre a actuação dos

Bombeiros de Salto no incêndio e acrescentou ainda que é tecnicamente muito difícil apagar um incêndio em toneladas de fardos de feno.

Inscreeveu-se para uma segunda intervenção o senhor deputado Rogério Borralheiro que disse que se devia restringir o tempo de intervenção ao Presidente da Câmara para haver direito de igualdade dentro da Assembleia. Disse ainda que o Cerrado foi bandeira política deste Executivo. Perguntou porque é que a Câmara não tem 300 mil contos para comprar o Cerrado e teve dinheiro para fazer uma Pista Automóvel cujos fins continua a pôr em causa. Seguidamente, apresentou a seguinte proposta:

"Considerando:

- 1º O testemunho físico, histórico-cultural que o Cerrado significa e representa;
- 2º A situação geográfica no perímetro urbano da vila;
- 3º A importância urbanística;
- 4º A carência de estruturas e infra-estruturas culturais;
- 5º A riqueza e beleza arquitectónica do espaço construído como marco de um tempo que exige ser revitalizado

Propomos que a Câmara Municipal de Montalegre retome o objectivo estratégico da aquisição do Cerrado mesmo que para isso seja necessário cobrir a proposta do hipotético adquirente garantindo os votos possíveis da bancada do PSD para a aprovação de um eventual recurso ao crédito.

A história faz-se com actos de coragem e atitudes de ruptura com vigor." Assina Rogério Borralheiro.

Inscreeveram-se para intervir sobre a proposta apresentada os senhores deputados João Soares, Fernando Calvão, Duarte Calhela, Ventura Coelho, Mário Mendes, José Rodrigues e António Ferreira.

O Senhor deputado João Soares disse que a proposta apresentada merecia, por parte da bancada do PS, a seguinte contestação:

"A bancada do PS vota contra a proposta apresentada pelo PSD pelas razões abaixo expostas:

1. A compra do Cerrado não está no Plano da Câmara e que foi aprovado por esta Assembleia. A proposta do PSD é extemporânea;
2. Os equipamentos estão projectados e a ser construídos noutros locais, nomeadamente nas margens do rio. A proposta do PSD é supérflua e contrária ao bom senso;
3. É teoricamente uma afronta à iniciativa privada e não é vocação da Câmara substituir-se à iniciativa privada. Digo, se o programa do PSD fosse o texto constitucional, que esta proposta enferma de inconstitucionalidade;
4. A Câmara não tem disponibilidade financeira. Isso iria fazer com que houvesse menos dinheiro para as aldeias. A proposta do PSD revela total ausência ao sentido de solidariedade municipal;

5. A Câmara saberá defender os interesses da autarquia e vai, certamente, no cumprimento da lei, exigir um loteamento que respeite o património e o valor ambiental do Cerrado. A proposta do PSD é descabida.
6. Finalmente, isso seria uma atitude contra o estímulo ao investimento e à iniciativa privada que tem sido atraída pela Câmara e que está a fazer o desenvolvimento da vila sem custos para a Câmara e com benefícios evidentes para os municípios deste nobre concelho. A proposta do PSD é lesiva dos interesses da vila em particular e do município em geral. Montalegre, 18 de Fevereiro de 2000, Assina João Alves Soares.

O deputado Fernando Calvão disse que ouviram com atenção os motivos invocados pelo PS. Não se esperava outra coisa. O PS já tem habituado as pessoas à falta de sensibilidade enorme para as questões patrimoniais, como os arruamentos de algumas aldeias. O PSD está em desacordo com essas ideias. O PS oculta um problema da vila que na altura se sentiu e foi ultrapassado, aquando da concretização do PDM. Os que fizeram o PDM deviam abrir os olhos. A falta de verba para as aldeias não se põe pois há desperdícios como o Parque Automobilístico. O Presidente devia reconhecer que cometeu um erro com o Cerrado. Deixemos o julgamento para as gerações vindouras. No início do século outros castelos foram destruídos porque as necessidades bélicas não os justificavam. Terminou dizendo que o futuro julgará.

O deputado Duarte Calhella disse que o deputado João Soares já tinha manifestado a vontade da bancada do PS. Pensa que depois da explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara, o Sr. Rogério não precisava de apresentar a proposta. O património vai ser conservado e os particulares vão investir dinheiro no concelho.

O deputado Ventura Coelho prescindiu da palavra.

O deputado Mário Mendes disse que o Cerrado é um problema que diz respeito a todos os barrosões e especialmente aos montalegrenses. Toda a gente sabe que a actual Câmara e a anterior gostavam de ter comprado o Cerrado, mas foi de facto um problema demasiado audacioso para as verbas que a Câmara tinha. Em relação à Feira do Fumeiro houve, na altura, galhofa quando se pensou em fazer-se, ela hoje é onnipotente. Em relação ao Cerrado disse que havia que continuar a desenvolver a sede do concelho, torná-la mais aprazível e mais bonita.

O deputado José Rodrigues disse que relativamente aos argumentos apresentados pelo PS, resumem-se em três palavras: nulidade, zero e falta de vontade política. O Cerrado era e ainda pode ser uma óptima oportunidade para resolver os problemas de habitabilidade em Montalegre já que aqui um apartamento é muito mais caro do que em Braga ou no Porto. A Câmara tem por obrigação obrigar as pessoas a construir nesse terreno a preços razoáveis.

O deputado António Ferreira disse que uma parte do PSD anda zangada e a outra parte anda confundida e ninguém conhece o Cerrado. O Cerrado só é uma propriedade grande, tem uma fonte e um brasão. Para a agricultura não presta, tem alguns carvalhos velhos que precisam da poda, que não lhes faz mal, só os rejuvenesce. Perguntou se o património de que tanto se fala é uma casa velha que já foi boa, mas que caiu. Disse ainda que agora que o negócio está feito é que o PSD fala de empréstimo.

O representante do PP, deputado Acácio Gonçalves apresentou a seguinte declaração de voto:

"A abstenção da bancada do Partido Popular sobre a proposta apresentada pela bancada do PSD acerca da compra do Cerrado é justificada pelo seguinte:

1º A proposta de compra é extemporânea, pois o "Cerrado" já foi comprado por um privado;

2º As obras previstas para aquele espaço pela C. M.M. já estão em execução noutros locais;

3º A proposta apresentada é contraditória com a posição defendida pelo PSD quando do início das negociações entre a CMM e os proprietários daquele espaço, logo a proposta é só para aluir polémica;

4º O PSD com esta proposta apenas pretende empurrar o executivo camarário para uma iniciativa de especulação imobiliária para a qual não se encontra vocacionada.

5º Esta bancada pensa que se deverá pensar na defesa ambiental daquele espaço que, segundo foi dito nesta Assembleia pelo Sr. Presidente, é um defensor acérrimo." Assina Acácio Gonçalves.

Inscreveram-se para uma segunda intervenção os senhores deputados Rogério Borrallheiro e João Soares.

O deputado Rogério Borrallheiro entregou o seguinte texto à Mesa para defesa da proposta:

" Surpreendentemente os mesmos que há oito ou nove anos aplaudiram a compra do Cerrado agora tenham descoberto que não vale nada, nem tem importância arquitectónica, cultural e patrimonial.

O PSD vota e promove esta proposta no sentido de bem servir o concelho. A história dirá quem tem razão, se o PSD ou o PS. O concelho julgará."

O deputado João Soares disse que o PS congratula-se com a posição tomada pela bancada do PP. É uma abstenção que leia-se aprovação. Os argumentos apresentados para a abstenção são os mesmos que o PS apresentou para a reprovação da proposta.

Findas as intervenções e posta a votação, a proposta foi rejeitada com trinta e sete votos contra, catorze votos a favor e quatro abstenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Actividade e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Presidente da Câmara, através de um Relatório e outros documentos, apresentou a Actividade e Situação Financeira da Autarquia referente ao período que decorreu desde a última sessão ordinária até à presente data.

Inscreveram-se para intervir os deputados José Coelho e Acácio Gonçalves.

O senhor deputado José Coelho perguntou se a Câmara iria fazer o abastecimento de água ao Bairro do Trabalhador nos Pisões.

O senhor deputado Acácio Gonçalves disse que o relatório não deve ser entregue com dois dias de antecedência. Pediu explicação ao Presidente da Câmara sobre a rubrica educação pré-escolar que no Relatório aparece dotada de 23 mil contos e no Plano Actividades estava dotada de 75 mil. Pediu ainda esclarecimentos sobre o empolamento de outras rubricas.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.

Ao senhor José Coelho disse que vão remodelar a rede no Bairro de Cima . Para o Bairro de Baixo vão manter o que está porque o bairro é ilegal e a EDP comprometeu-se a ajudar a resolver o problema. Não vão ser feitas intervenções sem estar tudo resolvido porque não faz sentido. Para o Bairro de Cima, vão ser colocados editais para as pessoas requererem o ramal e vão ter de o pagar.

Ao senhor deputado Acácio Gonçalves disse que em relação à rubrica de educação pré-escolar há nitidamente um erro. É a duplicação de uma parcela mas o total continua a ser 23 mil contos. Sobre o relatório disse que se os deputados quiserem que vá com oito dias de antecedência será enviado. Referiu ainda que não quer que fique a ideia de que se está a omitir informações.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Regulamento de liquidação e Cobrança de Taxa pela Exploração de Inertes

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia. Inscreveu-se para intervir o senhor deputado Acácio Gonçalves que perguntou como se chegou aos 35\$00 por cada tonelada extraída de inertes.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que era um ponto de partida e disse que pensa que é uma proposta equilibrada.

DELIBERAÇÃO:

A proposta foi aprovada por unanimidade.

3. Fábrica de Engarrafamento de Águas de Mesa - Alteração de Âmbito Limitado ao PDM nos Termos do Artº 2 do Dec-Lei nº 155/97

Mandatado pelo Senhor Presidente da Câmara, que teve de se ausentar da sessão, o vereador Orlando Alves fez a apresentação deste ponto. Disse que já tinha sido aprovado pela Câmara, faltando só a aprovação da Assembleia Municipal.

Inscreveram-se para intervir os senhores deputados Domingos Vasconcelos, Amadeu Fortunas e António Araújo.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o PSD não se opõe porque é uma empresa que vai empregar algumas pessoas. Informou ainda que a nascente é em Cabril e a água vai ser engarrafada em Covêlo do Gerês.

O deputado Amadeu Fortunas disse que ninguém deve votar contra o projecto porque já é do tempo do Carvalho de Moura.

O deputado António Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Cabril, disse que o PSD para denegrir a imagem do Presidente da Junta disse que não defende os interesses da freguesia e que ia deixar que a fábrica fosse para a freguesia de Covêlo. Quis deixar claro que a instalação da fábrica não foi feita em Cabril porque o Parque não autorizou.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

Terminada a agenda da sessão, o senhor Presidente da Câmara fez o convite aos membros da Assembleia para uma visita ao empreendimento de Bragadas que deu 100 mil contos aos cofres da EDP. Ficou assente que a visita seria no dia 3 de Março à tarde.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir. De seguida, foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta a discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia, por não haver nada mais a tratar, encerrou a sessão.

No prazo legal justificaram as faltas os senhores deputados Manuel António Silva Carvalho, José Manuel Lopes Teixeira Gomes, Francisco Lopes de Freitas, Fernando Gonçalves de Moura, Carla Maria Ferreira Rodrigues, Domingos Pires de Moura, António Gregório Azevedo Dias, João Batista Verde.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
